**NOTIFICAÇÃO: Nº 131306/2020/
GEFLOR/COFISC/DIFISC/SAGRA**

Á
ANTÔNIO LUCENA BARROS
END: AV. ANTÔNIO MARQUES RIBEIRO, Nº 520
BAIRRO: CENTRO
CEP: 68.380-000 – SÃO FELIX DO XINGU-PA.

Pelo presente instrumento, fica ANTÔNIO LUCENA BARROS, CPF: 066.374.852-68, notificado(a) de acordo com o que consta nos Autos do Processo Administrativo Punitivo Nº 4944/2017, o qual originou o AUTO DE INFRAÇÃO de nº 7001/09119/GEFLOR, lavrado na sede desta Secretaria, ante a constatação do exercício da atividade de Agropecuária, Em face de desmatar 97,46 hectares de vegetação nativa, objeto de especial preservação, sem autorização ou licença da autoridade competente. Contraindo o Art. 50, do Decreto Federal nº 6.514/2008. Enquadrando-se no Art. 118, Inciso VI, da Lei Estadual nº 5.887/1995. Em consonância Com o Art. 50 e Art. 70 da Lei Federal nº 9.605/1998 c/c Artigo 66 do decreto Federal 6.514/2008 e Constituição Federal de 1998, e Artigo 225 § 4º.

O autuado poderá apresentar defesa ou impugnação escrita ao referido auto, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data da ciência da presente notificação, que será considerada efetivada 10 (dez) dias após a assinatura, podendo produzir as provas que julgar necessárias em atendimento ao disposto no Art. 140 da Lei Estadual nº 5.887/95.

Este edital está estabelecido, conforme o Art. 138, § 1º, inciso III e § 3º da Lei Estadual nº 5.887/95, não cabendo nova notificação.

**NOTIFICAÇÃO: Nº 131307/2020/
GEFLOR/COFISC/DIFISC/SAGRA**

Á
INDUSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRA BR LTDA
END: TRAVESSA FRUTUOSO GUIMARÃES, Nº 624
BAIRRO: CENTRO
CEP: 66.095-770 – BELÉM-PA.

Pelo presente instrumento, fica INDUSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS BR LTDA, CNPJ: 12.884.000/0001-80, notificado(a) de acordo com o que consta nos Autos do Processo Administrativo Punitivo Nº 15679/2017, o qual originou o AUTO DE INFRAÇÃO de nº 000004554/2017/GEFLOR, lavrado na sede desta Secretaria, ante a constatação do exercício da atividade de Indústria e Comércio de Madeira, Em face de apresentar informações totais ou parcialmente falsas e/ou enganosa nos sistemas oficiais de controle. Contraindo o Art. 82, do Decreto Federal nº 6.514/2008. Enquadrando-se no Art. 118, Inciso VI, da Lei Estadual nº 5.887/1995. Em consonância Com o Art. 70 da Lei Federal nº 9.605/1998.

O autuado poderá apresentar defesa ou impugnação escrita ao referido auto, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data da ciência da presente notificação, que será considerada efetivada 10 (dez) dias após a assinatura, podendo produzir as provas que julgar necessárias em atendimento ao disposto no Art. 140 da Lei Estadual nº 5.887/95.

Este edital está estabelecido, conforme o Art. 138, § 1º, inciso III e § 3º da Lei Estadual nº 5.887/95, não cabendo nova notificação.

**NOTIFICAÇÃO: Nº 131309/2020/
GEFLOR/COFISC/DIFISC/SAGRA**

Á
MARIA LUIZ DO NASCIMENTO
END: VICINAL DA JANDIRA, KM 16
BAIRRO: ZONA RURAL
CEP: 68.695-000 – TAILÂNDIA-PA.

Pelo presente instrumento, fica MARIA LUIZ DO NASCIMENTO, CPF: 108.046.412-34, notificado(a) de acordo com o que consta nos Autos do Processo Administrativo Punitivo Nº 4459/2017, o qual originou o AUTO DE INFRAÇÃO de nº 000004356/GEFLOR, lavrado na sede desta Secretaria, ante a constatação do desenvolvimento a atividade de Agricultura, em face de deixar de atender as exigências legais quando devidamente notificado pela autoridade competente no prazo concedido, visando à regularização, correção ou adoção de medidas de controle para cessar a degradação. Contraindo o Art. 80, do Decreto Federal nº 6.514/2008. Enquadrando-se no Art. 118, Inciso VI, da Lei Estadual nº 5.887/1995. Em consonância Com o Art. 70 § 1º. da Lei Federal nº 9.605/1998.

O autuado poderá apresentar defesa ou impugnação escrita ao referido auto, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data da ciência da presente notificação, que será considerada efetivada 10 (dez) dias após a assinatura, podendo produzir as provas que julgar necessárias em atendimento ao disposto no Art. 140 da Lei Estadual nº 5.887/95.

Este edital está estabelecido, conforme o Art. 138, § 1º, inciso III e § 3º da Lei Estadual nº 5.887/95, não cabendo nova notificação.

**NOTIFICAÇÃO: Nº 131310/2020/
GEFLOR/COFISC/DIFISC/SAGRA**

Á
JOÃO PASSARELLI - ME
END: ROD. ERNESTO ACIOLY, KM 01, S/N, INTERIOR
BAIRRO: APARECIDA
CEP: 68.376-720 – BELÉM-PA.

Pelo presente instrumento, fica JOÃO PASSARELLI - ME CNPJ: 34.688.275/0001-81, notificado(a) de acordo com o que consta nos Autos do Processo Administrativo Punitivo Nº 11027/2018, o qual originou o AUTO DE INFRAÇÃO de nº 7001/10159/2017/GEFLOR, lavrado na sede desta Secretaria, ante a constatação do exercício de Indústria Madeireira, Em face de apresentar informações falsas ao sistema oficial de controle desta secretaria (CEPROF/SISFLORA), ao movimentar o quantitativo de 26,4176 M³ em crédito de madeira processada, conforme anuído pelo próprio autuado na ocasião do procedimento de pagamento de reposição florestal realizado nesta secretaria, através do documento nº 35822/2015, verificando em auditoria realizada no sistema oficial de controle desta se-

cretaria. Contraindo o Art. 82, do Decreto Federal nº 6.514/2008. Enquadrando-se no Art. 118, Inciso VI, da Lei Estadual nº 5.887/1995. Em consonância Com o Art. 70 da Lei Federal nº 9.605/1998 e Art. 225, da Constituição Federal de 1988.

O autuado poderá apresentar defesa ou impugnação escrita ao referido auto, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data da ciência da presente notificação, que será considerada efetivada 10 (dez) dias após a assinatura, podendo produzir as provas que julgar necessárias em atendimento ao disposto no Art. 140 da Lei Estadual nº 5.887/95.

Este edital está estabelecido, conforme o Art. 138, § 1º, inciso III e § 3º da Lei Estadual nº 5.887/95, não cabendo nova notificação.

**NOTIFICAÇÃO: Nº 131317/2020/
GEFLOR/COFISC/DIFISC/SAGRA**

Á
M. C. SKOLIMOVSKI MADEIRAS
END: CONJ JARDIM NOVA VIDA, RUA BEGANI Nº 60
BAIRRO: 40 HORAS
CEP: 67.120-580 – ANANINDEUA-PA.

Pelo presente instrumento, fica M. C. SKOLIMOVSKI MADEIRAS CNPJ: 22.979.181/0002-63, notificado(a) de acordo com o que consta nos Autos do Processo Administrativo Punitivo Nº 31060/2017, o qual originou o AUTO DE INFRAÇÃO de nº 7001/09318/2017/GEFLOR, lavrado na sede desta Secretaria, ante a constatação de beneficiamento de madeiras, em face de apresentar informações falsas no sistema oficial de controle (CEPROF Nº 128), ao informar possuir em seu saldo do dia 31/07/2017, 671.487 m³ de madeira serrada em diversos produtos e espécies, não localizados no pátio de estocagem da empresa no momento da cubagem. Contraindo o Art. 82, do Decreto Federal nº 6.514/2008. Enquadrando-se no Art. 118, Inciso VI, da Lei Estadual nº 5.887/1995. Em consonância Com o Art. 70 da Lei Federal nº 9.605/1998.

O autuado poderá apresentar defesa ou impugnação escrita ao referido auto, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data da ciência da presente notificação, que será considerada efetivada 10 (dez) dias após a assinatura, podendo produzir as provas que julgar necessárias em atendimento ao disposto no Art. 140 da Lei Estadual nº 5.887/95.

Este edital está estabelecido, conforme o Art. 138, § 1º, inciso III e § 3º da Lei Estadual nº 5.887/95, não cabendo nova notificação.

**NOTIFICAÇÃO: Nº 131320/2020/
GEFLOR/COFISC/DIFISC/SAGRA**

Á
JEAN BATISTA DA SILVA
END: BR 230, KM 213 SUL A 25 KM DA FAIXA
BAIRRO: ZONA RURAL
CEP: 68.140-000 – URUARÁ-PA.

Pelo presente instrumento, fica JEAN BATISTA DA SILVA CPF: 780.407.282-15, notificado(a) de acordo com o que consta nos Autos do Processo Administrativo Punitivo Nº 32379/2017, o qual originou o AUTO DE INFRAÇÃO de nº 000005059/GEFLOR, lavrado na sede desta Secretaria, em face de deixar de atender as exigências legais quando devidamente notificado pela autoridade competente no prazo concedido, visando à regularização, correção ou adoção de medidas de controle para cessar a degradação. Contraindo o Art. 80, do Decreto Federal nº 6.514/2008. Enquadrando-se no Art. 118, Inciso VI, da Lei Estadual nº 5.887/1995. Em consonância Com o Art. 70 da Lei Federal nº 9.605/1998.

O autuado poderá apresentar defesa ou impugnação escrita ao referido auto, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data da ciência da presente notificação, que será considerada efetivada 10 (dez) dias após a assinatura, podendo produzir as provas que julgar necessárias em atendimento ao disposto no Art. 140 da Lei Estadual nº 5.887/95.

Este edital está estabelecido, conforme o Art. 138, § 1º, inciso III e § 3º da Lei Estadual nº 5.887/95, não cabendo nova notificação.

Protocolo: 578146

**INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO
FLORESTAL E DA BIODIVERSIDADE
DO ESTADO DO PARÁ**

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

A Presidente do Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará, no uso das atribuições conferidas pelo Decreto Estadual de 15 de janeiro de 2019, publicado no Diário Oficial nº. 33.783, de 17 de janeiro de 2019 e, ainda, considerando a adjudicação efetuada pela pregoeira no bojo do Pregão Eletrônico nº 03/2020-IDEFLOR-Bio (Processo nº 2019/272635) que tem como objeto Contratação de empresa especializada para fornecimento de produtos agropecuários, produtos indispensáveis à realização de funcionamento de viveiros florestais e das atividades de produção de mudas frutíferas e/ou florestais, para fins de recomposição florestal. Decide Homologar o aludido certame, efetuado sob o critério Menor Preço por Item, em favor das seguintes licitantes vencedoras relacionadas em epígrafe abaixo:

- 1-EMPRESA LUIZ TADEO DAMASHI- CNPJ 01.424.128/0001-45, pelo critério de menor preço no Item 1 valor total R\$ 13.263,36;
- 2-EMPRESA CRIARTE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ESQUADRIAS LTDA-CNPJ 06.957.510/0001-38, pelo critério de menor preço nos Item 30 valor total R\$ 410,48;
- 3- EMPRESA C.A.L. VICENTE NUTRIÇÃO ANIMAL- CNPJ: 08.846.841/0001-26, pelo critério de menor preço no Item 21 valor total R\$ 8.999,10;